

O CONFLITO POLÍTICO NO CAMPO EDUCACIONAL: A ESTÉTICA DA AÇÃOⁱ

Maria de Fátima Ramos de Almeida
Instituto de História/Universidade Federal de Uberlândia

O processo social de luta e os ritos de enfrentamento

A sociedade atual é tão ritualística quanto as sociedades tradicionais. Apesar do argumento da razão como suporte para as ações humanas, as práticas políticas se sustentam ancoradas em profusões de cores, de sons, de hábitos e de discursos sucessivamente repetidos, que distinguem e identificam os agentes sociais.

A multiplicidade das ideologias nas sociedades modernasⁱⁱ se traduz em multiplicidade de formas coletivas de afirmação e de contestação do poder, distinguíveis pelos rituais simbólicos de sua manifestação pública. Sendo o campo político lugar, por excelência, de exercício do poder, torna-se palco de amplo e permanente espetáculo “*teatrocrático*”, cujos rituais são, por um lado, expressão do poder em exercício e, por outro lado, manifestação do poder potencializado nas práticas de contestação. Segundo Balandier

“... por trás de todas as formas de arranjo da sociedade e de organização dos poderes encontra-se, sempre presente, governando dos bastidores, a ‘teatrocracia’. Ela regula a vida cotidiana dos homens em coletividade”. [Nas sociedades democráticas o funcionamento político supõe negociações no âmbito do poder, expressas em rituais próprios] “da arte da persuasão, do debate, da capacidade de criar efeitos que favoreçam a identificação do representante ou do representado”.ⁱⁱⁱ

Os rituais políticos enquanto estratégias e táticas

O espetáculo teatral da política implica práticas rituais decorrentes das posições dos sujeitos sociais na estrutura de poder, a partir das quais encenam ações destinadas à manutenção do poder ou à apropriação do poder. Quando o sujeito é detentor do poder, as ações políticas são *estratégicas*; quando o sujeito busca apropriar-se do poder, as ações políticas são *táticas*.

Segundo Michel de Certeau, **estratégia** é

“o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico”.^{iv}

A posição estratégica, ocupada pelos detentores do poder e seus aliados, está associada a uma postura conservadora quanto aos valores da sociedade; a ação política visa a preservação do *status quo* e, no limite, dos privilégios estabelecidos.

Na moderna sociedade ocidental, a oposição ao sistema de poder conservador se ancora na argumentação em favor da mudança de cunho reformista ou revolucionário, que busca alargar os direitos sociais e as práticas políticas democráticas, referenciadas na filosofia iluminista e na tradição histórica do movimento operário, em particular, e no movimento social, em geral. Assim, o sujeito que aspira o poder com vistas à operacionalização de mudanças, adota ações de caráter contestatório, ocupando, portanto, posições *táticas*. Sua ação é espalhafatosa, na medida em que o objetivo é denunciar em alto e bom som a condição de vítima dos desmandos e da omissão dos poderes constituídos, visando também conquistar a adesão do público circundante. É uma ação variável, criativa, adaptável às circunstâncias favoráveis, aproveitando as oportunidades vislumbradas na ação estratégica dos grupos dominantes. Michel de Certeau define a **tática** como:

“um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O ‘próprio’ é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato do seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no vô’ possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos (...), mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’.”^v

Embora a prática contestatória estudada se diferencie em parte da formulação de Michel de Certeau, considerando que a aprendizagem histórica dos movimentos sociais permite a visualização do *outro* pelo sujeito contestador, a apropriação de sua conceituação se justifica pela constatação da falta de independência do agente social em relação às circunstâncias, bem como pela verificação de seu senso de oportunidade para capitalizar ganhos.

Apesar de situados em posições contrárias, os agentes sociais desenvolvem práticas políticas que contribuem, simultaneamente, para preservar e para transformar. A dinamicidade do conflito político leva os conservadores a procurar se adaptar às circunstâncias modificadas pelo antagonista, bem como leva os reformadores ou revolucionários a se apropriar de práticas tradicionais, para ganharem terreno no processo de mudança.

Na medida em que o confronto político exige, formas de ação há muito tempo estabelecidas são adotadas pelos agentes sociais, mas também muitas são reinventadas e outras novas são criadas, verificando-se influências recíprocas sobre as respectivas práticas políticas, na medida em que a luta pelo poder desenvolve uma aprendizagem sobre os meios adequados à realização dos fins a atingir. Assim, uns e outros incorporam à própria ação as experiências válidas dos antagonistas, forjando uma cultura política que é apropriada pelos diversos agentes concorrentes. Essa cultura política, construída ao longo dos séculos XIX e XX, foi influenciada, por um lado, pelos movimentos sociais e, por outro lado, pelas práticas de mercado em sua constante metamorfose.

À semelhança do mercado, atualmente os rituais políticos de identificação dos sujeitos são estabelecidos em função dos fins a atingir e dos efeitos buscados, com significados simbólicos adquiridos principalmente, ou apenas, por associação. São notáveis, por exemplo, os efeitos de mídia no processo de informação e divulgação, traduzidos na linguagem da “marca registrada” ou do “logo”. Tais inovações são elementos acrescidos às práticas ritualísticas tradicionais, herdadas da longa experiência do movimento social.^{vi}

Acresce-se a esse conjunto de significados, a função pedagógica atribuída por Bourdieu a certos rituais do processo político. São rituais cuja finalidade é manter uma determinada estrutura interna de poder e preservar a coesão do agente social. Este se estrutura segundo uma hierarquia de saber e de domínio, expressa pela diferença de posições e de funções entre as lideranças e os “*simples aderentes*”. A submissão destes aos valores do grupo implica a legitimação da competência política daqueles.^{vii}

No Brasil, rituais do processo político em que se defrontam os Trabalhadores da Educação e os Empresários da Educação se desenvolveram ao longo do período de “redemocratização” da sociedade, ao final da ditadura militar, mas com raízes fincadas, por um lado, nas práticas políticas autoritárias da própria sociedade brasileira, acirradas pelos governos militares; e de outro lado, na experiência histórica das sociedades democráticas e do movimento operário desde o século XIX. Assim, a ação política no Brasil, a partir dos últimos anos da década de 70 e primeira metade dos anos 80, combinou práticas autoritárias da formação cultural brasileira e práticas públicas da tradição democrática, acrescidas das experiências apropriadas das práticas de mercado.

Entre os rituais políticos tradicionais no campo da educação foram observados: discursos públicos com o uso de expressões invocativas formais (autoridades tratadas com deferência e termos cerimoniosos ao iniciar os discursos), alusão à história e aos símbolos da pátria, uso dos palanques e tribunas para destaque dos oradores, uso das palmas no encerramento dos discursos.^{viii}

Pode-se atribuir ao ritual tradicional de invocação da autoridade nas falas que inauguram os eventos políticos, o caráter pedagógico apontado por Bourdieu. A sua adoção pode ser considerada como uma das formas de legitimação da hierarquia interna do grupo social e como meio de manutenção da coesão do agente político.^{ix}

A referência aos símbolos de identidade histórica da pátria é muito utilizada para reforçar princípios filosóficos e políticos que fundamentam a organização política nacional e que justificam determinadas reivindicações e denúncias. Têm também a função de legitimar as falas e reivindicações, a inclusão do sujeito no coletivo nacional, bem como o seu compromisso com a preservação e continuidade dos valores da nação.

Outro ritual de grande significado para o processo político é a realização de congressos e encontros organizados pelas entidades sindicais. Com periodicidade anual ou bianual, são eventos

em que se fazem as avaliações do desempenho político do grupo e, na sequência, se elaboram o plano de ação para o período seguinte.

Congressos ou Encontros funcionam com uma dinâmica ritualística comum aos agentes sociais: 1) abertura do Congresso com a sessão de instalação; 2) realização de uma ou mais palestras proferida(s) por autoridades políticas (preferencialmente, que comunguem a posição política do agente social) e/ou por especialista(s) no temário do Congresso; 3) constituição de grupos de trabalho para reflexão e discussão sistematizada dos problemas elencados para serem tratados no Congresso; 4) apresentação, em sessões plenárias, das considerações dos grupos de trabalho sobre os problemas discutidos; 5) deliberações coletivas, nas plenárias do Congresso, sobre os problemas tratados; nesse processo alinham-se: a leitura política sobre a conjuntura, a definição dos problemas a serem enfrentados, as formas de ação a serem adotadas, a definição das ações prioritárias.

O palco da ação política é todo o espaço em que os agentes possam manifestar seus anseios, expectativas, alegrias, decepções, frustrações e raiva: as ruas e praças das cidades, as páginas impressas dos jornais e revistas, as telas dos televisores, os alto-falantes das rádios, as estradas; mas também as instituições onde se instalam os poderes oficiais, as salas onde se realizam os debates políticos, os púlpitos religiosos, os muros, os anfiteatros e pátios das escolas ... enfim, todos os espaços da nação podem ser ocupados pela luta política entre os agentes do campo educacional.

O cenário do conflito político quase não é visto em meio à multiplicidade de coisas e à agitação da vida contemporânea. Para focalizá-lo, atividades diversas são inventadas a cada momento, buscando o olhar e o interesse dos milhares de organizações e indivíduos. O desenho desse cenário é o que veremos a seguir.

A plástica do enfrentamento: imagens e sons dos corpos em movimento

O cenário do conflito político delineia-se claramente quando dirigimos nossos olhares diretamente para os agentes que aí atuam. Fotografias dos agentes em múltiplas situações são reveladoras não só dos traços que os distinguem, como de aspectos comuns que pontuam a prática política. Essas imagens fotográficas são divulgadas nos veículos de comunicação dos próprios agentes sociais, constituindo fontes inestimáveis para o trabalho do historiador.^x

Nessas práticas associam-se elementos tradicionais e modernos. A tradição liberal democrática das atividades políticas pode ser identificada, por exemplo, nas seções plenárias dos congressos: são sempre presididas por uma mesa diretora, composta pelo presidente, autoridades e conferencistas convidados; a mesa diretora sempre se localiza em uma plataforma, da qual são proferidos os discursos. Como é de praxe em eventos dessa natureza, uma faixa ou painel identificando-o é colocada à frente ou atrás da mesa diretora.

As práticas modernas transparecem na ornamentação dos espaços em que se realizam os eventos e nos meios de divulgação da atividade política. Cartazes e *outdoors*, confeccionados e distribuídos segundo as modernas técnicas de *marketing*, são fundamentais como meio de divulgação da posição política do agente social, além de incorporarem outras características rituais da prática política contemporânea, tais como a logomarca da entidade e a sua posição no sistema político hierarquicamente organizado.

A ação política dos Empresários da Educação pauta-se pela ordem dominante na sociedade, a chamada ordem civilizada do mundo moderno: discussão dos problemas, ao invés da confrontação física; decisão pelo convencimento, em vez da imposição pela força;^{xi} postura ditada por regras de comportamento definidas pela distinção, herdadas dos rituais de sociabilidade do Antigo Regime na França.^{xii} A ordem civilizada, enquanto referência para a maneira dos indivíduos se comportarem, confere *status* aos que a ela se submetem, assim como também constrange e limita a liberdade de expressão dos demais sujeitos sociais.^{xiii}

A ordem dominante pode ser identificada em vários elementos que transparecem nas fotos analisadas: a imagem da família nuclear burguesa, reforçada por objetos de uso pessoal (tais como porta-retratos, porta-jóias, colar, relógio, flores), que cultivam a memória dos laços e das afetividades familiares, à qual é associada a importância histórica do ensino privado no país, cuja atuação tem contribuído para a construção e reprodução continuada desse ideal de família no Brasil; a forma de se postar em situações públicas, tais como nos eventos coletivos da entidade, em que os participantes se vestem com decoro (ternos masculinos e roupas femininas formais), bem como se apresentam ordeiramente sentados em cadeiras dispostas em filas; o apreço à preservação da ordem social instituída e dos privilégios estabelecidos por meio da invocação das autoridades e evocação dos símbolos e da história da pátria, fazendo supor a afirmação de uma realidade cultural que é fruto de empreendimento da coletividade.

Para os Trabalhadores da Educação a ordem nas manifestações públicas tem uma outra lógica, expressando contraponto ao seu antagonista: aparentam menos civilidade nas posturas e no vestuário; as relações entre os participantes são menos formais; o ambiente é ruidoso e mais colorido, com abundância de artefatos com mensagens políticas (faixas, cartazes, bandeiras, panfletos); órgãos informativos de diversas entidades circulam entre os manifestantes; o público se posiciona à frente da mesa diretora, mas nem sempre se senta em cadeiras, e sim no chão; mesmo havendo cadeiras para os participantes se sentarem, há intensa movimentação de pessoas que se levantam ou se locomovem pelo ambiente. Os discursos geralmente são precedidos apenas de um cumprimento geral (*Bom dia, companheiros! Boa tarde, companheiros! Boa noite, companheiros!*), ou do mero invocativo *Companheiros e companheiras!*

É um comportamento politicamente agressivo, transgressor da ordem dominante. Dessa forma, o agente político apresenta à sociedade a sua insatisfação com a ordem dominante e a intenção de substituí-la por outra.

Alguns dos seus rituais, herdados do movimento operário dos séculos XIX e XX no ocidente, se generalizaram para as demais categorias profissionais de trabalhadores: “o *balé constitucionalista de (...) moções, emendas, referências, suspensões de regimentos permanentes e similares*”, as infindáveis votações por meio do levantamento das mãos, a realização de enormes “passeatas”, que lembram os desfiles em cortejo das comemorações operárias, a utilização de faixas e bandeiras – geralmente, com a predominância da cor vermelha – o uso de *slogans*, de “frases” cantadas – bordões – sempre com forte conteúdo político.^{xiv}

A realização de eventos tais como atos públicos e passeatas tem como fim a demonstração visual das dimensões do grupo, representadas pelo espaço geográfico que ocupa e pelas posições políticas que expressa. O espaço geográfico da ação política pode ser ampliado pela disposição das faixas e cartazes, que exigem sempre uma certa dispersão dos participantes, a fim de que possam ser lidos pelos circundantes e registrados pela mídia impressa e televisiva e pelos *camera men* do próprio agente social.

Outras gestos simbólicos também comuns nas práticas políticas dos Trabalhadores da Educação são o uso do “abraço” – cercamento do edifício ou logradouro público pelos manifestantes que se dão as mãos até completar o círculo, para proteção de uma instituição considerada ameaçada pela política vigente (por exemplo, os hospitais universitários), ou “seqüestro” simbólico de uma instituição cuja administração é prejudicial aos interesses políticos do agente social; “enterros” de autoridades não gratas, isto é, transporte de um esquife com identificação do pseudo morto pelas ruas, expressando o desagrado do agente social com sua atuação política ou administrativa.

A mobilidade dos Trabalhadores da Educação tem conotação incômoda para outros segmentos da sociedade, o que leva ao acionamento das forças repressivas do Estado, para fazer parar os movimentos transgressores e calar as vozes politizadas. Os momentos de enfrentamento com as forças repressivas exigem dos manifestantes mobilidade física – ou para agredir os policiais, ou para defender os companheiros das agressões policiais, ou para fugir às bombas de efeito moral, aos cassetetes, aos jatos d’água, às patas dos cavalos. Nessas circunstâncias, as ruas se tornam palco de violência, os governantes são transformados em algozes, os manifestantes se tornam vítimas.

Efeitos da ação política

As ações políticas sempre provocam efeitos, quer para os objetivos imediatamente programados, quer para efeitos difusos, dissimulados na peculiaridade das ações de um e outro agente social.

Para os Empresários da Educação, o objetivo imediato era a adoção da política educacional favorável à manutenção e ampliação do sistema de ensino particular, com apoio financeiro do Estado. Os Trabalhadores da Educação, por sua vez, apresentavam como meta a manutenção, ampliação e melhoria do sistema público de ensino. Para um e outro a luta implicava de fato, em primeiro plano, a garantia de ganhos materiais (rendimentos e salários) e políticos (influência sobre as decisões político-administrativas para a educação).

Os efeitos difusos têm implicações globais sobre a organização da sociedade: por um lado, preservam-se os princípios liberais de solução do conflito pela via da discussão política e a implementação das medidas prevalescentes por meio da ação jurídica institucional; por outro lado, reforçam-se as práticas transgressoras da ordem dominante, ampliando os espaços das mudanças na forma de organização da sociedade.

E, apesar de cada grupo social reivindicar a responsabilidade pelo efeito específico que o distingue no processo político, a produção desses efeitos é da responsabilidade de ambos os agentes sociais, na medida em que as posições que assumem variam em função das contingências decorrentes da relação que estabelecem entre si no decurso do conflito político, assim como têm caráter relacional as ações e reações que se produzem no interior do campo político.^{xv}

NOTAS

ⁱ Texto adaptado do cap. III da Tese de Doutorado – *A educação no Brzsil: entre sonhos e realidade* – apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História USP, em março de 2002.

ⁱⁱ ANSART, P. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ⁱⁱⁱ BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora UnB, 1982, pp. 5-8.

^{iv} CERTAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 46.

^v Idem.

^{vi} HOBBSBAWM, Eric. A transformação dos rituais do operariado. In **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987, pp. 101-2. Hobsbawm faz esta afirmação ao analisar as mudanças sofridas pelo movimento operário nos séculos XIX e XX. No entanto, outros segmentos organizados da sociedade civil – no caso em foco, os Empresários da Educação e os Trabalhadores da Educação (estes mais do que aqueles) – também foram bastante influenciados e adotaram muitas das formas de ação política do movimento operário.

^{vii} BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989, p.163-202.

^{viii} As palmas geralmente são usadas para manifestar concordância com o conteúdo do discurso. A instensidade das mesmas funciona como um termômetro para o discursante ou para os dirigentes da ação política. No entanto, nem sempre é assim. Dado o hábito, as palmas ao final dos discursos tornaram-se mera expressão de boa educação. Assim, muitas vezes, quando o público não está efetivamente engajado na ação política, as palmas não revelam nada do potencial do processo em curso.

^{ix} BOURDIEU, P. Op. cit.

^x As fotos utilizadas se encontram em: *Educação*. Órgão da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino-FENEN. Brasília, 1979-1990, ns. 2, 4, 6, 7, 10; *Resoluções e Estatuto*. CNTE, Rio de Janeiro, 1993; *CEDI. Educação no Brasil. 1987-1988*. São Paulo, 1990; Arquivo da ADUFU-Seção Sindical ANDES-SN.

^{xi} CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Campinas: Papirus, 1991.

^{xii} HAROCHE, Claudine. **Da palavra ao gesto**. Campinas-SP: Papirus, 1998. Neste livro a autora destaca a importância que era atribuída à forma enquanto mecanismo de distinção da aristocracia francesa em relação ao povo e enquanto referencial para a preservação da ordem dominante no Antigo Regime.

^{xiii} O decoro do comportamento formal burguês foi rompido pela FENEN durante o processo constituinte, quando produziu uma cartilha incitando os seus associados a pressionar os constituintes com recursos agressivos. COELHO, João Gilberto L. *Educação Brasileira e Constituição: Impasses, Mediações e Adiamentos*. In CEDI. **Educação no Brasil – 1987-1988**. Op. cit., p. 15.

^{xiv} HOBBSBAWM, E. Op. cit., pp.106-10. Boa parte dos artefatos com mensagens políticas são confeccionados com o uso predominante da cor vermelha. Uma das possíveis explicações, é a expressividade da cor, mas com certeza, também pela tradição de representação simbólica das esquerdas militantes.

^{xv} BOURDIEU, Pierre. Op. cit., pp. 178-182.